

Arquivo Geral da Nação da República Dominicana: apresentação institucional

The General Archive of the Dominican Republic: an institutional presentation

Raymundo Gonzalez

Assessor Histórico do Departamento de Investigações e Divulgação do
Arquivo Geral da Nação da República Dominicana
oaip@agn.gov.do

RESUMO:

O Arquivo Geral da Nação iniciou, faz menos de uma década, um processo de mudança institucional que tem transformado a gestão arquivística na República Dominicana. A partir de 2008, o AGN converteu-se por lei em instituição diretora dos arquivos nacionais e vem empreendendo duas tarefas-chave: a formação arquivística e o desenvolvimento de programas culturais como meios para consolidar o Sistema Nacional de Arquivos.

Palavras chave: mudança institucional; gestão arquivística; programas culturais

ABSTRACT:

Less than a decade ago, the General Archive of the Nation began a process of institutional change that has been transforming archiving management in the Dominican Republic. From 2008, the AGN (Archivo General de la Nación) became the directing institution of the national archives by law, and has undertaken two key tasks: archiving training and developing cultural programmes as a means to consolidate the National Archives System.

Keywords: institutional change; archiving management; cultural programmes

As ações da atual gestão do AGN, desde seu início até o final de 2004, têm sido encaminhadas de maneira a configurar as bases e as condições institucionais para a boa gestão dos arquivos dominicanos, objetivando apontar as boas práticas dos arquivos conforme a Constituição e as leis que garantem os direitos dos cidadãos e o cumprimento das modernas normas arquivísticas vigentes em âmbito internacional.

Cinco blocos constituem as áreas de ação do Arquivo Geral da Nação da República Dominicana no processo de transformação que vem desenvolvendo até esta data. Eles estão enquadrados em uma gestão baseada na ética e na transparência institucionais, a saber: base legal; infraestrutura e equipamento; formação arquivística; gestão arquivística e programas culturais de apoio.

Para realizar o trabalho contou-se com uma equipe de profissionais e com o apoio do Poder Executivo. Receberam-se outros suportes nacionais e internacionais, tanto de instituições como de pessoas; esses têm sido muito importantes e entusiastas.

Base legal:

- Em 1847, criou-se a praça do Arquivista Nacional, por Decreto do Congresso Nacional;
- Em 1935, criou-se, por lei, o Arquivo Geral da Nação;
- Em 2008, foi substituída pela Lei Geral de Arquivos que cria o Sistema Nacional de Arquivos.

O processo de preparação dessa última começou em 2005, com um anteprojeto assentado sobre a base de um plano de transformação do Arquivo Geral da Nação (AGN) e de se criar um Sistema Nacional de Arquivos (SNA) e de Arquivos Regionais subsidiários ou filiais do AGN: a lei foi discutida com os responsáveis pelos arquivos das instituições públicas e privadas, além de expoentes nacionais e estrangeiros, que contribuíram para o processo em suas diversas etapas, até ser debatida e aprovada no Congresso Nacional. Essa Lei criou os órgãos de governo da AGN, como instituição dirigente da SNA, e os organismos técnicos deste. Pelo decreto do Poder Executivo, em 2010, estabeleceu-se o regulamento de aplicação da Lei Geral de Arquivos.

Infraestrutura e equipamento

O edifício construído pela ditadura, em 1954, especialmente para sediar o arquivo estava saturado desde 2005. Não recebia transferências. O último recolhimento importante foi uma parte do acervo do Arquivo do Palácio Nacional, em 1997, que foi interrompido. As salas de trabalho tinham sido designadas a instituições alheias ao AGN. No mesmo ano, iniciou-se a ampliação do edifício que também foi interrompida, até as gestões que, a partir de 2005, conduziram a recuperação de parte dos espaços e reiniciaram os trabalhos de ampliação que foram completados em 2012, quando se inaugurou o edifício anexo e a remodelação do edifício original.

Em 2005, iniciou-se a recuperação do edifício, isso implicou, para além de remover as instituições não arquivísticas, retomar a ampliação do edifício e criar de imediato um departamento de conservação que se encarregou de eliminar as pragas e os fungos, de medir a temperatura e a umidade, de consertar os telhados, da limpeza geral, da fumigação, de colocar extintores e estabelecer regras mínimas. Removeram-se as prateleiras no nível do piso, começou-se a limpeza mecânica dos fardos [de documentos] (mais de 200.000 unidades ou 30 kms). Para isso, contratou-se pessoal adicional que foi sendo ampliado conforme avançavam as tarefas.

Instalou-se um laboratório de conservação e restauração com as equipes necessárias para o tratamento do papel, das fotografias e das encadernações; uma sala de quarentena e desinfecção a base de nitrogênio. Também foram trocadas as persianas de alumínio pelas janelas de vidro duplo com redutores de luz em todos os depósitos, mudaram-se as estantes danificadas, colocaram-se higrômetros térmicos nos depósitos, ventilação artificial e desumidificadores para controlar e normalizar as temperaturas sem impactar os documentos.

Além disso, instalou-se um moderno sistema para o desenvolvimento de um arquivo virtual disponível hoje na web. Este exigiu a instalação de uma sala com escaners planetários, sistemas de informática para o tratamento de imagens e descrição arquivística, armários para documentos eletrônicos, bases de dados escaláveis, servidores para a gestão das bases de dados e a gestão das comunicações pela internet.

Tendo sido gerada uma demanda, por parte dos departamentos que tinham muitos documentos acumulados, para que se fizessem transferências ao AGN, foi preparado um depósito intermediário em Haina com capacidade para 30 km de documentos, estando prevista a construção de outro similar. Ao completar-se a ampliação do edifício foram adicionados 8 km lineares de estantes, além de uma sala de conferências.

Formação arquivística

Na República Dominicana desconheciam-se todos os avanços da arquivística moderna e o que se estava realizando no âmbito internacional, desde os anos 1980, no que concerne às normas para a descrição arquivística. A base de todos os avanços realizados tinha sido a formação do pessoal, geralmente jovens estudantes universitários ou recém-graduados em profissões afins e com interesse em desenvolver-se como tais no campo da Arquivística (esta é vista como uma profissão nova e com potencial de crescimento, se a projeção da atividade arquivística em todo o país continuar como se pressente). Um grupo do AGN realizou cursos no exterior e outro um curso no país organizado pelo AGN e a universidade estatal com a participação de professores de Espanha, México, Cuba, Venezuela e Porto Rico.

A formação básica multiplicou-se na forma de cursos dirigidos aos arquivistas de todas as entidades públicas. Foram ministrados mais de 20 cursos e a cada ano cresce a demanda.

Além disso, os cursos de formação básica foram assumidos pelo Instituto de Formação Técnica Profissional (Infotep).

Muitas entidades públicas e privadas começaram a solicitar formação e a pleitear assessorias na área de arquivos para estabelecer seus próprios projetos de reorganização arquivística que foram feitos de acordo com a nova lei. A essas necessidades respondeu o departamento da SNA.

Gestão arquivística

Em 2005, deu-se início às tarefas com um plano de trabalho quase elementar, pois se tratava de salvaguardar a documentação e deter o quanto antes sua deterioração, como se viu anteriormente. O maior destaque desse plano era o projeto da Lei Geral de Arquivos, já mencionado. Com esse plano, começaram a ser aplicados planos sistemáticos de conservação preventiva, programas de descrição, que foram precedidos pela formação do primeiro inventário topográfico, e que permitiu o controle geral dos fundos arquivísticos.

Limitou-se a entrada de pessoal nos depósitos. Conjuntos e papéis que estavam no chão dos depósitos foram suspensos, e com eles formou-se uma seção fictícia de quase 6 mil conjuntos sem identificação, que se foi reduzindo à medida em que foram sendo identificados corretamente e colocados em seus respectivos lugares.

Ao final do ano de 2005, pôde-se contar com o primeiro plano estratégico de médio prazo (trienal), que dividimos em três planos operativos anuais, com um sistema baseado em metas. Posteriormente, definiram-se outros planos estratégicos destinados a consolidar as realizações alcançadas e projetá-las para a SNA. Entre os pontos de maior destaque:

- Elaborou-se o inventário topográfico de todos os fundos.
- Efetuou-se o quadro de classificação de fundos do AGN.
- Identificaram-se e descreveram-se as séries de cada fundo.
- Organizou-se o programa de descrição baseado nos campos obrigatórios da ISAD-G nos níveis: a) de documento corresponde o projeto de digitalização; b) de série, para todos os demais.
- Recebeu-se uma transferência do Arquivo do Palácio Nacional de 8 mil caixas de documentos (tamanho gaveta) que se transformaram em cerca de 35.000 conjuntos ou caixas normatizadas.
- Recebeu-se a transferência de cerca de mil rolos de películas de 35mm em celuloide, em muito mau estado de conservação, procedentes da Cinemateca Nacional.
- Realizou-se a primeira fase do projeto de digitalização do AGN, que abarcou os fundos coloniais e da República até 1900 (17.000 conjuntos).
- Realizou-se um censo-guia de arquivos do país, com vistas a especificar os planos de ação da SNA.

Posteriormente, definiram-se outros planos trienais de desenvolvimento. Tais planos estratégicos foram orientados em função da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, convertida em lei no ano de 2012. Assim, o AGN e o SNA enfocam o fazer arquivístico com o objetivo de desenvolvimento nacional.

A gestão arquivística baseou-se também na abertura às instituições produtoras, que foram consultadas desde o início para que opinassem sobre o projeto. Também foram chamados a participar em mesas de trabalho para especificar as normas de descrição arquivística nas oficinas de gestão e nos arquivos centrais das instituições. Isto permitiu um maior compromisso para alcançar os objetivos.

Assim, foram organizados três Encontros Nacionais de Arquivos, um deles em fevereiro de 2014. Esses congressos fomentam a comunicação entre os arquivistas, uma linguagem comum, o interesse pelo aperfeiçoamento, a identidade profissional, além de estimular a cultura arquivística dos responsáveis pelos arquivos e na população. Tratam-se temas de política arquivística e também intercâmbios de experiências e temas científicos e tecnológicos de muita relevância, considerando-se os orçamentos limitados das instituições arquivísticas.

Programas culturais e educativos

A gestão dos programas culturais tem sido a chave para os desenvolvimentos alcançados pelo AGN nas áreas mencionadas anteriormente. Atualmente, é o capítulo de maior transcendência para responder às novas necessidades de informação e educação que a sociedade demanda e que desafia a instituição a ter um papel cultural mais ativo, formando redes com instituições de pesquisa e educativas nos níveis médio e superior.

De modo a contribuir para os fins de apoio cultural e educativo, o AGN tem implantado: uma ampla série de programas de difusão através da rádio, com dois programas semanais (A Voz do AGN e a A Tertúlia do AGN); a organização de ciclos de conferências, palestras e circulação de livros etc. Para isso, conta-se, desde o ano de 2012, com a Sala de Conferências. Além disso, promove a abertura de exposições de arte pública, que são realizadas sob o conceito de exposição itinerante no perímetro que cerca o próprio arquivo, no parque Independência, na Praça da Cultura, nas províncias e nas escolas que o solicitarem. Também criou-se uma Sala de Exposições, destinada ao público estudantil e que conta com uma pequena exposição permanente através da qual se divulga a função do Arquivo como repositório da memória do país e se apresentam alguns documentos emblemáticos; nessa sala reserva-se um espaço para exposições temporárias.

Entre outros programas da área cultural, encontra-se o de difundir e compartilhar fontes arquivísticas, a realização de seminários nacionais e internacionais conjuntamente com a Academia Dominicana de História, a Universidade Autônoma de Santo Domingo e outras entidades acadêmicas e culturais. Recentemente, está sendo desenvolvida a Biblioteca

Digital Dominicana na qual se pode consultar o texto completo de livros dominicanos e documentos oficiais de domínio público.

Por outro lado, criou-se um arquivo de História Oral que coleta testemunhos de natureza diversa, através de projetos de pesquisa que priorizam os temas relativos aos direitos humanos. Promoveu-se a difusão da música dominicana, tradicional e culta, por meio de CD-roms impressos com estudos e apresentações, para o qual se realizou um acordo com o Arquivo Nacional de Música. Realizou-se a publicação de mais de 200 livros, incluindo estudos e fontes documentais. E as revistas *Boletim do Arquivo Central Geral da Nação* (BAGN) e *Memórias de Quisqueya*, que são distribuídos em bibliotecas universitárias e liceus secundários, assim como a professores e pesquisadores.

Perspectivas atuais: O AGN e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento

A partir de 2012, a lei de Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030 estabeleceu as grandes linhas a seguir, a fim de superar os principais desafios do presente em uma visão conjunta e coerente para o desenvolvimento humano da sociedade.

Em consequência, o desafio mais importante do momento atual para contribuir para as metas de desenvolvimento propostas é a criação da Rede de Arquivos Regionais, como estabelecido na Lei Geral de Arquivos. Também, em matéria tecnológica, o desafio principal refere-se ao tratamento arquivístico dos documentos digitais e aos depósitos para aqueles que devem ser conservados por longo prazo. Isso permitirá um maior fortalecimento da função arquivística em todos os planos: desde o desenvolvimento profissional, através da formação, o prosseguimento e acompanhamento dos arquivos públicos e privados, no que diz respeito à atenção aos usuários dos mesmos, que terão um acervo de documentos próximo para o estudo dos problemas regionais e locais, assim como para adentrar-se nas trajetórias identitárias de suas respectivas comunidades, e em tudo aquilo referente ao apoio cultural e educativo a que os arquivos estão destinados, e, dessa maneira, contribuir para o desenvolvimento efetivo de suas comunidades.

Desde 2010, o AGN está inscrito na definição de metas e produtos do plano plurianual da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END), então apenas projeto, que hoje coordena o Ministério do Planejamento e Economia. Sob essas diretrizes, seus últimos projetos estratégicos incluíram em seus parâmetros as Leis 1 e 2 da END, a saber:

- 1) Estado Social Democrático e de Direito
- 2) Sociedade com Igualdade de Direitos e Oportunidades.

Presentemente, o AGN está voltado para o estabelecimento dos primeiros arquivos regionais do país como filiais ou extensões do AGN em suas principais divisões territoriais. Com isso, pretende-se fortalecer os avanços que a gestão arquivística tem realizado na última década, nesse âmbito. A nação poderá delinear uma moderna e eficiente gestão da informação

documental em nível territorial, articulada à gestão cultural e ao conhecimento, como é o propósito geral dos planos estratégicos do AGN, no marco das funções que estabelecem a Lei Geral de Arquivos e a Lei de Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030.

Recebido em 26/01/2014

